



Pirassununga, 15 de outubro de 2025

**Propositura:** Projeto de Lei nº 81/2025

**Autoria:** Vereadora Luciana Batista – “Luciana do Lésio”

**Assunto:** *Institui o Programa Cão Comunitários no Município de Pirassununga e dá outras providências.*

## Parecer Jurídico

*Ab initio*, cumpre ressaltar que o parecer ora exarado não substitui as análises das Comissões especializadas desta Casa de Leis tendo em vista sua representatividade popular. Isto posto, é mister esclarecer que o parecer em questão não tem força vinculante sobre a aprovação do projeto de lei pelos edis eleitos pelo povo.

Cumpre, ainda, assinalar que a presente manifestação jurídica exara-se nos estritos limites legais, restringindo-se à verificação da regularidade formal do procedimento e à sua compatibilidade formal e material com o ordenamento jurídico vigente, sem adentrar em juízos de valor atinentes à conveniência, oportunidade ou mérito administrativo.

## Relatório

O Projeto de Lei Nº 81/2025 tem o objetivo de **reconhecer, regulamentar e proteger o Cão Comunitário no Município de Pirassununga.**

Para os fins desta lei, “cão comunitário” é aquele animal que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido. A proposta busca a formalização desse vínculo comunitário, a proteção contra maus-tratos e o acesso a cuidados básicos como vacinação, castração e identificação. O projeto garante o direito ao abrigo, alimentação e hidratação dos animais comunitários.

A Lei Complementar nº 202/2023, de 17 de novembro de 2023, estabelece o controle da população de animais e reconhece a existência dos animais comunitários. No entanto, não existe lei no âmbito municipal que regule ou conceitue o que seria animal comunitário. A Lei Complementar nº 202/2023 revogou a Lei Ordinária nº 5.103/2017. A Lei Ordinária nº 5.103/2017 estabelecia diretrizes iniciais para o cuidado compartilhado, mas possuía escopo limitado e carecia de regulamentação clara sobre responsabilidade civil e



infraestrutura pública. A Análise de Prevenção Legislativa certifica que o PL nº 81/2025 não apresenta conflito normativo nem sobreposição de conteúdo com a legislação municipal vigente. O projeto propõe uma regulamentação complementar que reforça disposições já previstas em normas de proteção animal e saúde pública, como o Art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais), a Lei Federal nº 14.064/2020 (Lei Sansão) e a Lei Federal nº 13.426/2017 (Controle populacional).

O animal reconhecido como comunitário será recolhido para fins de esterilização, registro e devolução à comunidade de origem. Esse procedimento será realizado após a identificação do animal e a assinatura de termo de compromisso de seu cuidador principal. O recolhimento de animais comunitários e as ações previstas devem observar procedimentos protetivos de manejo e de transporte e serão executadas pela entidade/órgão/empresa responsável pelo serviço do abrigo municipal.

Os cuidadores do cão comunitário deverão praticar ações em prol do animal, incluindo fornecer ração, água, demais alimentos e cuidar da higiene, além de realizar cuidados de higiene e limpeza no local. Devem acionar o Abrigo Municipal caso verifiquem que a saúde do animal necessita de cuidados médico-veterinários, podendo optar por acionar médico-veterinário particular, arcando com os respectivos custos. As ações dos cuidadores não lhes acarretarão responsabilidades materiais, civis ou criminais por danos causados a terceiros ou por terceiros, em razão do animal viver na rua. O Poder Público poderá providenciar a instalação de abrigo e recipientes para água e comida no passeio público, sendo que o cuidador também pode fazê-lo, mediante autorização do Poder Público.

O projeto estabelece que o cão comunitário não pode ter histórico de mordedura, devendo atender a critérios diferenciados de comportamento e sociabilidade. O animal com histórico de mordedura injustificada e comprovada por laudo médico será recolhido ao Abrigo Municipal e inserido em programa especial de adoção.

A adoção desse animal exige a assinatura de termo de compromisso para cumprir a legislação específica para cães bravios, manter o animal em local seguro e em condições favoráveis ao seu processo de ressocialização.



O projeto veda a eliminação da vida de cães comunitários (assim como para os demais cães e **gatos**) pelos órgãos de controle de zoonoses e estabelecimentos oficiais congêneres. A eutanásia é a exceção permitida em casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais. A necessidade de eutanásia deve ser justificada por laudo do responsável técnico do abrigo ou dos órgãos congêneres, precedido de exame laboratorial, quando for o caso.

É facultado o acesso aos documentos aos cuidadores e às entidades de proteção dos animais. Ressalvada a hipótese de doença infectocontagiosa incurável que ofereça risco à saúde pública, o cão comunitário em situação de doença grave ou incurável será resgatado pelo Poder Público, através da entidade responsável pelo serviço atinente aos animais do abrigo municipal.

Para a efetivação da lei, o Poder Público viabilizará orientação técnica aos cuidadores e campanhas educacionais para a conscientização pública sobre os princípios da tutela responsável de animais.

O Poder Público está autorizado a celebrar convênios e parcerias com entidades de proteção animal, clínicas, universidades, e empresas, para a consecução dos objetivos da Lei, podendo desobrigar a entidade responsável pelo Abrigo Municipal.

O Poder Executivo incentivará o desenvolvimento de programas de controle reprodutivo de cães e de gatos, abrangendo identificação, registro, esterilização cirúrgica e adoção. O Poder Executivo pode regulamentar a Lei no que couber. As despesas decorrentes correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementares. A Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto de lei tramitou, originalmente, sob o Processo Legislativo nº 65/2025 e, naquela ocasião, tinha em sua ementa a menção a “Cão e Gato” comunitário. Reformulado, o projeto agora se apresenta como projeto de lei para regulamentação apenas de “Cão Comunitário”. **Registre-se que há, no novo texto do projeto de lei, pelo menos 2 (duas) referências a “Gato”, a saber, no Art. 5º, no Art. 8º.**

Diferenças entre os dois projetos de lei:



As diferenças textuais entre o Projeto de Lei Nº 65/2025 e o Projeto de Lei Nº 81/2025 estão listadas a seguir, abrangendo título, escopo de animais, definição de animal comunitário, e diversas disposições legais. Ambos os projetos foram propostos pela Vereadora Luciana Batista – “Luciana do Lésio”.

### Título e Escopo do Projeto

PL Nº 65/2025	PL Nº 81/2025	Diferença
<b>Título:</b> “ <i>Institui o Programa Cão e Gato Comunitários no Município de Pirassununga e dá outras providências.</i> ”	<b>Título:</b> “ <i>Reconhece, regulamenta e protege o Cão Comunitário no Município de Pirassununga e dá outras providências.</i> ”	O PL 65 institui um “Programa Cão e Gato Comunitários”, abrangendo as duas espécies. O PL 81 tem foco em “Reconhece, regulamenta e protege o Cão Comunitário”, mencionando apenas o cão no título.
<b>Art. 1º:</b> Fica instituído... o “ <b>Projeto Cão e Gato Comunitário</b> ”.	<b>Art. 1º:</b> Para fins desta lei, considera-se “ <b>cão comunitário</b> ” aquele que...	O Art. 1º do PL 65 institui um projeto que abrange cães e gatos. O Art. 1º do PL 81 inicia a definição focada apenas no “cão comunitário”.
<b>Justificativa:</b> Regular a matéria envolvendo os animais comunitários, especialmente os <b>cães e gatos</b> .	<b>Justificativa:</b> Regular a matéria envolvendo os animais comunitários, especialmente os <b>cães</b> .	A Justificativa do PL 81 foca na regulamentação de cães, enquanto a do PL 65 abrange cães e gatos.

### Definição de Animal Comunitário (Art. 2º / Art. 1º)

PL Nº 65/2025 (Art. 2º)	PL Nº 81/2025 (Art. 1º)	Diferença
<b>Art. 2º:</b> Considera-se <b>animal comunitário</b> aquele que, embora não possua responsável único e definido, estabelece com a população local <b>laços de afeto, dependência e cuidados regulares, como alimentação, hidratação e medicação</b> .	<b>Art. 1º:</b> Considera-se “ <b>cão comunitário</b> ” aquele que estabelece com a comunidade em que vive <b>laços de dependência e de manutenção</b> , embora não possua responsável único e definido.	O PL 65 utiliza o termo “animal comunitário” e inclui “laços de afeto” e “cuidados regulares, como alimentação, hidratação e medicação” na definição. O PL 81 utiliza o termo “cão comunitário” e menciona “laços de dependência e de manutenção”.
<b>§1º:</b> O animal reconhecido como	<b>§1º:</b> O animal reconhecido como	No PL 65, o §1º complementa a



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Município de Interesse Turístico



PL Nº 65/2025 (Art. 2º)	PL Nº 81/2025 (Art. 1º)	Diferença
comunitário é aquele que <b>sobrevive com o apoio direto e voluntário de moradores, comerciantes ou trabalhadores do local onde se encontra</b> , os quais lhe prestam cuidados básicos.	comunitário será recolhido para fins de <b>esterilização, registro e devolução à comunidade de origem, após identificação e assinatura de termo de compromisso de seu cuidador principal.</b>	definição de animal comunitário, focando no apoio voluntário da comunidade. No PL 81, o §1º trata diretamente das ações de manejo do cão comunitário (recolhimento para esterilização, registro e devolução), condicionadas à assinatura de termo pelo cuidador principal.
§2º: O animal comunitário poderá ser <b>esterilizado, identificado por microchip e vacinado, com recursos próprios de protetores da comunidade ou mediante programas públicos</b> , devendo, após sua recuperação, ser devolvido ao território de origem.	§2º (Art. 1º): O recolhimento de animais comunitários e as ações previstas no parágrafo primeiro deste artigo <b>observarão procedimentos protetivos de manejo e de transporte e serão executadas pela entidade/órgão/empresa responsável pelo serviço atinente aos animais do abrigo municipal.</b>	O PL 65 aborda a esterilização, identificação e vacinação como algo que <i>poderá</i> ser feito com <b>recursos próprios ou programas públicos</b> . O PL 81 detalha o procedimento de recolhimento e manejo, especificando que será executado pela <b>entidade/órgão/empresa responsável pelo abrigo municipal.</b>

**Disposições sobre Cuidados e Abrigo (Art. 3º)**

PL Nº 65/2025 (Art. 3º e §3º)	PL Nº 81/2025 (Art. 2º e Art. 3º)	Diferença
<b>Art. 3º:</b> É garantido a qualquer cidadão o direito de fornecer, em espaços públicos, <b>abrigo (casinhas), alimento e água potável aos cães e gatos comunitários.</b>	<b>Art. 3º:</b> O Poder Público poderá providenciar a instalação no passeio público de <b>abrigo e recipientes próprios para água e comida, podendo o cuidador fazê-lo, mediante autorização do Poder Público.</b>	O PL 65 garante o direito ao cidadão de fornecer abrigo e alimento a cães e gatos comunitários. O PL 81 atribui ao Poder Público a possibilidade de providenciar abrigo e recipientes, exigindo autorização do Poder Público para que o cuidador o faça.
<b>Art. 3º, §3º:</b> O fornecimento de alimento e água deverá respeitar a <b>distância mínima de 100 metros da entrada principal de estabelecimentos de saúde e 10 metros da entrada principal de estabelecimentos que realizem manipulação ou comercialização de alimentos.</b>	<b>Não há artigo correspondente.</b>	O PL 65 inclui restrições geográficas específicas para o fornecimento de alimento e água, ausentes no texto do PL 81.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Município de Interesse Turístico



PL Nº 65/2025 (Art. 3º e §3º)	PL Nº 81/2025 (Art. 2º e Art. 3º)	Diferença
Não há artigo correspondente.	<b>Art. 2º:</b> Detalha as obrigações dos cuidadores: Fornecer ração/água/alimentos e cuidar da higiene; Realizar cuidados de higiene/limpeza no local; Acionar o Abrigo Municipal para cuidados veterinários ; ou Acionar veterinário particular, arcando com os custos.	O PL 81 insere um artigo específico (Art. 2º) detalhando as responsabilidades e opções dos cuidadores em relação à higiene, alimentação e cuidados veterinários.

**Remoção, Maus Tratos e Proteção dos Cuidadores**

PL Nº 65/2025	PL Nº 81/2025	Diferença
<b>Art. 4º:</b> Fica proibida qualquer forma de maus-tratos, abuso, <b>remoção forçada ou eliminação de cães e gatos</b> reconhecidos como comunitários.	<b>Não há artigo correspondente sobre a proibição de remoção forçada.</b> (O Art. 5º do PL 81 trata apenas da vedação de eliminação/eutanásia).	O PL 65 proíbe especificamente a “remoção forçada” de cães e gatos comunitários. Essa proibição não está explicitamente em um artigo equivalente no PL 81.
<b>Art. 4º, §2º:</b> A remoção de animal comunitário... somente poderá ocorrer mediante <b>justificativa técnica fundamentada, devidamente lavrada por médico-veterinário, autoridade sanitária ou órgão ambiental competente.</b>	<b>Não há parágrafo correspondente.</b>	O PL 65 detalha as condições e as autoridades competentes (médico-veterinário, autoridade sanitária ou órgão ambiental) para a remoção justificada.
Não há artigo correspondente.	<b>Art. 9º:</b> As ações dos cuidadores ao cão comunitário <b>não lhes acarretarão responsabilidades materiais, civis ou criminais, por danos causados a terceiros, como por terceiros, em razão desse animal viver na rua.</b>	O PL 81 inclui um artigo específico (Art. 9º) que isenta os cuidadores de responsabilidades civil, material ou criminal por danos, em razão do animal viver na rua. O PL 65 não contém este artigo de isenção de responsabilidade.





### Disposições sobre Eutanásia e Resgate (Art. 5º/Art. 7º)

PL Nº 65/2025 (Art. 5º e §2º)	PL Nº 81/2025 (Art. 5º e §2º)	Diferença
<b>Art. 5º:</b> Vedada a eliminação da vida de cães e de gatos.	<b>Art. 5º:</b> Vedada a eliminação da vida de <b>cães comunitários</b> (assim como para os demais cães e gatos).	O PL 65 veda a eliminação de “cães e de gatos”. O PL 81 especifica a vedação para “cães comunitários”, <b>mas adiciona a menção “assim como para os demais cães e gatos”</b> .
<b>Art. 5º, §2º:</b> Ressalvada a hipótese de doença infectocontagiosa incurável... o animal que se encontre na situação prevista no <i>caput</i> ... <b>poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais, mediante assinatura de termo de integral responsabilidade.</b>	<b>Art. 5º, §2º:</b> Ressalvada a hipótese de doença infectocontagiosa incurável... o <b>cão comunitário</b> ... será <b>resgatado pelo Poder Público, através da entidade/órgão/empresa responsável pelo serviço atinente aos animais do abrigo municipal.</b>	O PL 65 permite que o animal seja disponibilizado para resgate por <b>entidade de proteção</b> , mediante termo de responsabilidade. O PL 81 determina que o cão comunitário será <b>resgatado pelo Poder Público</b> (através da entidade responsável pelo Abrigo Municipal).

### Artigos Finais e Numeração

PL Nº 65/2025	PL Nº 81/2025	Diferença
Possui <b>11 artigos</b> .	Possui <b>12 artigos</b> .	O PL 81 tem um artigo a mais (Art. 9º, referente à isenção de responsabilidade dos cuidadores) que não existe no PL 65, resultando em numeração final diferente.
<b>Vigência/Revogação:</b> Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, <b>revogando as disposições em contrário.</b>	<b>Vigência:</b> Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	O PL 65 inclui a revogação de disposições em contrário, enquanto o PL 81 não traz essa menção no artigo de vigência.

É a síntese do necessário



## Fundamentação

Cumpre avaliar o presente projeto de lei que visa regulamentar o conceito de “*Cão comunitário*” com base no ordenamento jurídico vigente sobre a formalidade necessária para garantir sua legitimidade e constitucionalidade

### Competência municipal e iniciativa legislativa

O artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal estabelece que compete aos Municípios “*legislar sobre assuntos de interesse local*” e “*suplementar a legislação federal e a estadual no que couber*”. O conceito de interesse local não se refere a matérias que afetem exclusivamente o Município, mas àquelas que predominantemente impactem a população local.

O artigo 24, VI da CF/88 prevê competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre “*florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição*”. A proteção animal insere-se nesta competência concorrente, permitindo aos Estados exercerem competência suplementar e aos Municípios atuarem no âmbito do interesse local.

**O Supremo Tribunal Federal reconhece a competência municipal para legislar sobre proteção animal quando relacionada ao interesse local.** No julgamento da ADI 5.996/AM, o STF decidiu que “os Estados podem editar normas mais protetivas ao meio ambiente, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse”. Este entendimento se estende aos Municípios por força do artigo 30, II da CF/88.

**Ementa:** CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI ESTADUAL 289/2015 DO ESTADO DO AMAPÁ. PROIBIÇÃO DO USO DE ANIMAIS PARA O DESENVOLVIMENTO, EXPERIMENTOS E TESTES DE PRODUTOS COSMÉTICOS, DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMES E SEUS COMPONENTES. **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (ART. 24, VI, CF).** NORMA ESTADUAL AMBIENTAL MAIS PROTETIVA, SE COMPARADA COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE A MATÉRIA. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA.** PRECEDENTES. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. **As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do**





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Município de Interesse Turístico



**interesse.** 2. A Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, a priori, diversas competências para cada um dos entes federativos – União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios – e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e nos Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I). 3. A Lei 289/2015 do Estado do Amazonas, ao proibir a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes, não invade a competência da União para legislar sobre normas gerais em relação à proteção da fauna. **Competência legislativa concorrente dos Estados (art. 24, VI, da CF).** 4. A sobreposição de opções políticas por graus variáveis de proteção ambiental constitui circunstância própria do estabelecimento de competência concorrente sobre a matéria. Em linha de princípio, admite-se que os Estados editem normas mais protetivas ao meio ambiente, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, conforme o caso. Precedentes. 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade conhecida e julgada improcedente. (ADI 5996, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 15-04-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULGADO EM 29-04-2020 PUBLICAÇÃO EM 30-04-2020)

Por analogia (Art. 4º, LINDB), extensível a competência vertical suplementar concorrente com o município pelo princípio de prevalência do interesse.

A Lei Orgânica Municipal (LOM) ratifica essa competência, indicando que o Município compete, concorrentemente com a União e o Estado, “*zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público*”, o que pode abranger a regulamentação de animais comunitários na área urbana e a prevenção de zoonoses.

A regulamentação de animais comunitários abrange aspectos típicos de interesse local: *saúde pública, controle de zoonoses, convivência urbana e meio ambiente urbano*. Tais matérias enquadram-se na competência municipal suplementar, desde que não contravenham legislação superior hierárquica.

O artigo 61, caput da CF/88 estabelece que a iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, aplicando-se o mesmo princípio às Câmaras Municipais por simetria constitucional.



As hipóteses de iniciativa privativa do Chefe do Executivo estão taxativamente previstas no artigo 61, §1º da CF/88, compreendendo matérias sobre: organização administrativa; criação, extinção e atribuições de órgãos; regime jurídico de servidores.

A iniciativa do projeto está em conformidade com as normas.

A Lei Orgânica do Municipal (LOM) estabelece que “A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos”.

A matéria do projeto (instituição de programa para cães comunitários) não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa do Prefeito, como criação de cargos ou regime jurídico de servidores. Portanto, a proposição por uma Vereadora é legítima.

### Precedente do STF sobre Despesas

O Supremo Tribunal Federal, no ARE 878.911/RJ com repercussão geral, estabeleceu que “*não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos*”.

**Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral.** 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido. (ARE 878911 RG, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 29-09-2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016)

O PL nº 81/2025 não trata de criação de órgãos, estruturação administrativa ou regime de servidores. Estabelece normas gerais sobre proteção



animal, direitos de alimentação e vedações de maus-tratos, matérias de conteúdo programático que não invadem competência privativa do Executivo.

O mérito do projeto, que inclui o reconhecimento e a proteção dos animais comunitários, a garantia de cuidados, a proibição de maus-tratos e de eutanásia desmotivada, e o incentivo a programas de controle reprodutivo e educação, é constitucionalmente defensável.

As disposições sobre despesas indicam que “*correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementares, se necessárias*”, o que é uma previsão padrão e necessária para a sanção de leis que geram despesas, em conformidade com o Art. 25 da Constituição Estadual, o Art. 38 da LOM e o Art. 167 da Constituição Federal.

## **Ausência de Reserva Legal à Lei Complementar**

As leis complementares destinam-se a regulamentar matérias específicas indicadas expressamente no texto constitucional, exigindo quórum qualificado de maioria absoluta para aprovação (artigo 69, CF/88). A Constituição reserva determinadas matérias exclusivamente às leis complementares, vedando sua regulamentação por outros instrumentos normativos.

O artigo 68, §1º da CF/88 estabelece que “*a matéria reservada à lei complementar*” não pode ser objeto de delegação legislativa. As hipóteses de reserva legal complementar estão expressamente previstas no texto constitucional, sendo de interpretação restritiva.

A proteção de animais comunitários não se enquadra nas matérias constitucionalmente reservadas à lei complementar. O artigo 225, §1º, VII da CF/88 determina ao Poder Público proteger a fauna “*vedadas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais a crueldade*”, referindo-se à lei em sentido genérico, não especificamente à lei complementar.



O Projeto de Lei Nº 81/2025 foi proposto como Lei Ordinária. A Lei Orgânica Municipal (LOM) lista as matérias que devem ser objeto de Lei Complementar, como Plano Diretor, Estatuto dos Servidores, organização da Procuradoria-Geral do Município, parcelamento, uso e ocupação do solo, e Código de Posturas, assim, a matéria tratada pelo PL 65/2025 (*Programa Cão e Gato Comunitários*) não está incluída na lista de reserva de lei complementar da LOM.

## **Avaliação de Constitucionalidade do Mérito**

O projeto alinha-se ao mandamento constitucional de proteção à fauna previsto no artigo 225, §1º, VII da CF/88. A vedação de maus-tratos (artigo 4º do projeto) concretiza diretamente a norma constitucional que proíbe práticas que submetam animais à crueldade.

O projeto estabelece os deveres de fornecimento de alimento, água, cuidados veterinários e realizar a higienização do local (artigo 2º) aos cuidadores de animais comunitários. Tais deveres atendem aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, harmonizando a proteção animal com outros interesses constitucionalmente protegidos.

Na matéria, o projeto não viola princípios constitucionais fundamentais, observa a repartição de competências federativas e concretiza valores constitucionais de proteção ambiental e animal. A regulamentação proposta insere-se no poder de polícia municipal para ordenação da convivência urbana e proteção da saúde pública e seu conteúdo está alinhado com os princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais.

O projeto visa o reconhecimento, proteção e cuidados básicos para animais comunitários, incluindo vacinação, castração, identificação, alimentação e abrigo. Também proíbe maus-tratos e remoção forçada, exceto sob justificativa técnica específica.

Essas disposições são consistentes com a proteção ao bem-estar animal e a saúde pública, que são preocupações legítimas do Poder Público. A Lei Complementar Municipal nº 202/2023 já reconhece a figura do animal comunitário e trata do controle populacional e prevenção de zoonoses, e o PL 81/2025 atua como uma regulamentação complementar a esta.



## Conclusão

A análise do Projeto de Lei nº 81/2025 demonstra convergência sistemática com o ordenamento constitucional e infraconstitucional vigente, confirmando sua adequação formal e material ao arcabouço normativo brasileiro.

O exame dos cinco eixos estruturantes sobre a competência legislativa municipal (art. 30, I e II, CF/88), a legitimidade da iniciativa parlamentar, compatibilidade procedimental e substantiva, desnecessidade de lei complementar constitucionalidade do mérito revela consonância integral com os precedentes do Supremo Tribunal Federal, notadamente o Tema 145 que reconhece a competência concorrente municipal para legislar sobre meio ambiente e proteção da fauna no âmbito do interesse local.

Desta forma, o projeto configura exercício regular do poder legislativo municipal em matéria de proteção animal e saúde pública, alinhando-se aos precedentes jurisprudenciais consolidados sobre a competência municipal suplementar em questões ambientais de predominante interesse local.

Ante todo o exposto, esta procuradoria conclui **favoravelmente** pela continuidade da tramitação da presente propositura, nos termos procedimentais.

Importante registrar que este novo projeto de lei, apesar de limitar-se a regulamentação sobre o “Cão Comunitário” ainda menciona “cães e gatos” em, pelo menos, dois artigos do texto do projeto de lei, gerando, caso a lei seja sancionada, extensão da regulamentação também para o “gato comunitário” se mantida a menção nos **Art. 5º, no Art. 8º** do texto, por técnica de interpretação sistemática do ordenamento jurídico vigente. *Recomenda-se uniformizar o texto, por emendas, para o caso de o objetivo ser estritamente direcionado à regulamentação de “cães comunitários” o que pode ser feito através de Emenda Parlamentar ao Projeto de Lei.*

**Mauro Zamaro**  
*Procurador Legislativo*  
OAB/SP 421.466



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Município de Interesse Turístico

---

**DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA**

**Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.**

**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=222J2C9MM2US0BS6>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 222J-2C9M-M2US-0BS6**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Relatório Jurídico Nº 1 ao Projeto de Lei Nº 81/2025 - PROTOCOLO: - - - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: 222J-2C9M-M2US-0BS6